

**Instituto do Homem e Meio
Ambiente da**

Amazônia – IMAZON

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Srs. Administradores
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("Instituto") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 8 de julho de 2015

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Luiz Henrique Coopers".

PricewaterhouseCoopers
Contadores Públicos Ltda.
CRC 2SP023173/O-4 "S" PA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Fabiano Ricardo Tessitore".

Fabiano Ricardo Tessitore
Contador/CRC-1SP216451/O-1 "S" PA

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio Social	2014	2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	548	382	Fornecedores	118	107
Recursos vinculados a projetos (Nota 5)	2.437	5.431	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	711	812
Adiantamentos (Nota 6)	328	390	Obrigações tributárias	28	26
Créditos de contratos e termos de cooperação	1	1	Adiantamentos recebidos (Nota 10)	101	165
Despesas antecipadas	24	20	Obrigações com recursos de projetos (Nota 11)	2.054	4.612
	<u>3.338</u>	<u>6.224</u>		<u>3.012</u>	<u>5.722</u>
Não circulante			Patrimônio Social		
Imobilizado (Nota 7)	425	324	Patrimônio social	869	868
Intangível (Nota 8)	219	43	Superávit (déficit) acumulado	101	(99)
	<u>644</u>	<u>367</u>		<u>970</u>	<u>869</u>
Total do ativo	<u>3.982</u>	<u>6.591</u>	Total do passivo e do patrimônio social	<u>3.982</u>	<u>6.591</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas líquidas (Nota 15)	4.594	3.454
Custos com serviços prestados (Nota 15)	<u>(2.531)</u>	<u>(1.432)</u>
Superávit bruto	2.531	1.432
Despesas administrativas (Nota 17)	<u>(2.386)</u>	<u>(1.487)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas	<u>145</u>	<u>(55)</u>
Receitas financeiras (Nota 18)	42	48
Despesas financeiras (Nota 18)	<u>(86)</u>	<u>(92)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(44)</u>	<u>(44)</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>101</u>	<u>(99)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio social
Em milhares de reais

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>994</u>	<u>(26)</u>	<u>968</u>
Incorporação do déficit	(26)	26	
Déficit do exercício		(99)	(99)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>968</u>	<u>(99)</u>	<u>869</u>
Incorporação do déficit	(99)	99	
Superávit do exercício		101	101
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>869</u>	<u>101</u>	<u>970</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	101	(99)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	317	101
Transferência Imobilizado	(246)	
Transferência intangível	(356)	
Custo residual do ativo imobilizado alienado	261	9
	<u>77</u>	<u>11</u>
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) em recursos vinculados a projetos	2.994	2.501
Redução (aumento) em adiantamentos pagos	82	(22)
Aumento (redução) em créditos de contratos e termos de cooperação		227
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(4)	16
Aumento (redução) em fornecedores	11	(12)
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	(101)	(246)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	2	(15)
Aumento (redução) em adiantamentos recebidos	(64)	68
Aumento (redução) em obrigações com recursos de projetos	(2.558)	(2.480)
	<u>342</u>	<u>37</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>419</u>	<u>48</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Compras de imobilizado	(253)	(5)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(253)</u>	<u>(5)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>166</u>	<u>43</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>382</u>	<u>339</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>548</u>	<u>382</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON (“Instituto”) é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 10 de julho de 1990. O Instituto tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla dos seus resultados e formação profissional, e tem como principais objetivos:

- Desenvolver estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuir para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica; e
- Promover programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é comumente denominado Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, e suas atividades estão no âmbito acadêmico, cultural e científico, com o objetivo de promover o envolvimento da sociedade civil brasileira na busca pelo desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo, e (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.

Os recursos financeiros que o Instituto recebe oferecem suficiente situação na administração financeira dos programas vis a vis suas estratégias de planejamento. As estratégias existentes atendem aos programas em curso, os quais tiveram continuidade em 2014 e terão nos anos seguintes.

Por esse motivo, um superávit e/ou déficit dos programas não deve ser analisado como sua viabilidade ou inviabilidade econômico-financeira, pois esses programas têm implementação de longo prazo e o planejamento estratégico do Instituto leva em conta os recursos financeiros totais a receber, bem como o momento temporal e forma física como serão gastos os recursos.

Os principais riscos estão relacionados à base de doadores do Instituto, sendo que as ações estratégicas visam minimizá-los através do crescimento dessa base, mediante ações institucionais pautadas na transparência das atividades, do uso dos recursos financeiros, qualidade dos projetos, imagem institucional perante a sociedade, parceiros e doadores e competência técnica de todos os colaboradores.

Para ampliar suas atividades, o Instituto está adequando sua atuação da seguinte forma: (i) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercícios fiscal e/ou social, e (ii) governabilidade dos programas através de uma programação de atividades voltadas às necessidades dos projetos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o déficit do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Instituto em 8 de julho de 2015.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Instituto pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se substancialmente a saldo em conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, sem risco significativo de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em numerário.

(d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como "bens com restrição de uso".

Os bens com restrição de uso são registrados no momento de sua aquisição e, nesse mesmo momento, uma conta redutora é registrada em contrapartida a uma conta redutora da conta de passivo "Obrigações com recursos de projetos".

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao final do projeto, o saldo do imobilizado com restrição de uso é transferido para a conta de imobilizado do Instituto e a conta redutora do imobilizado é baixada em contrapartida a receitas de doação, visto que o bem é historicamente doado ao Instituto.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(e) Intangível

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos, as quais estão apresentadas na nota explicativa 8. Também estão classificadas no intangível as marcas e patentes, que têm vida útil indefinida.

Os bens com restrição de uso são registrados no momento de sua aquisição e, nesse mesmo momento, uma conta redutora é registrada em contrapartida a uma conta redutora da conta de passivo "Obrigações com recursos de projetos".

Ao final do projeto, o saldo do intangível com restrição de uso é transferido para a conta de intangível do Instituto e a conta redutora do intangível é baixada em contrapartida a receitas de doação, visto que o bem é historicamente doado ao Instituto.

Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do intangível, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Depreciação e amortização

A depreciação/amortização é calculada sobre o valor depreciável/amortizável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo durante o prazo de vida útil do bem.

A depreciação/amortização de bens do Instituto é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação/amortização de bens destinados exclusivamente para a execução de projetos é registrada contra a conta redutora de imobilizado/intangível, constituída quando do registro do imobilizado/intangível com restrição, pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado/intangível.

Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão apresentadas na Nota 7 e 8.

Os métodos de depreciação/amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(g) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é considerado o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável dos ativos.

(h) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

(i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Recursos de projetos

As obrigações com recursos de projetos são registradas na rubrica "Obrigações com recursos de projetos" quando do recebimento dos recursos dos financiadores em contrapartida da rubrica "Recursos vinculados a projetos" e baixadas quando da ocorrência e pagamento dos gastos referentes aos respectivos projetos, estes registrados considerando o regime de competência.

(k) Receita operacional

Prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

Taxa de administração

A receita de taxa de administração é reconhecida no resultado com base nas despesas de administração incorridas no limite estabelecido pelos contratos dos projetos.

(l) Doações e subvenções recebidas

A subvenção é reconhecida no resultado como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que exista razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas. O reconhecimento das receitas de doação e subvenção governamental no momento de seu recebimento, portanto, somente é admitido nos casos em que não há base de alocação ao longo dos períodos beneficiados.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundo fixo	1	1
Bancos	290	79
Aplicações financeiras	<u>257</u>	<u>302</u>
	<u>548</u>	<u>382</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Recursos vinculados a projetos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Bancos		
Aplicações financeiras	1.736	2.533
	<u>701</u>	<u>2.898</u>
	<u>2.437</u>	<u>5.431</u>

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais.

Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxa de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Certificado de depósito bancário	699	2.896
Poupança	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>701</u>	<u>2.898</u>

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados ao CDI, poupança e CDB com resgate de curto prazo, em instituições financeiras brasileiras de primeira linha, quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

Os rendimentos financeiros oriundos das aplicações de recursos vinculados a projetos são contabilizados no passivo, juntamente com as entradas de recursos dos projetos. Já os rendimentos provenientes de recursos do Imazon, são contabilizados no resultado, como receitas financeiras.

6 Adiantamentos

Referem-se a adiantamentos a funcionários, fornecedores e parceiros, compostos da seguinte forma:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamentos a funcionários	18	100
Adiantamentos a fornecedores	167	139
Empréstimos a funcionários	1	1
Reembolsos de outras entidades	87	67
Adiantamentos de viagens	<u>55</u>	<u>83</u>
	<u>328</u>	<u>390</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Imobilizado

		<u>2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas</u>	<u>2014</u>
Movimentação do custo						
Benefícios e instalações		195	144	15	(208)	146
Veículos		0		54	(54)	
Máquinas e equipamentos		104		47	(22)	129
Equipamentos de comunicação		7		91	(1)	107
Equipamentos de computação		655	1	616	(365)	907
Móveis e utensílios		95	108	156	(82)	377
		<u>1.066</u>	<u>253</u>	<u>929</u>	<u>(732)</u>	<u>1.566</u>
Movimentação da depreciação						
	Taxas a.a.					
Benefícios e instalações	2,50%	(19)	(5)	(2)	24	(2)
Veículos	10%		(5)	(21)	26	(2)
Máquinas e equipamentos	10%	(62)	(13)	(19)	73	(8)
Equipamentos de comunicação	10%	(8)	(11)	(32)		(51)
Equipamentos de computação	20 a 50%	(580)	(56)	(549)	335	(850)
Móveis e utensílios	20%	(73)	(17)	(110)	71	(157)
		<u>(742)</u>	<u>(137)</u>	<u>(733)</u>	<u>471</u>	<u>(1.141)</u>
		<u>324</u>	<u>116</u>	<u>216</u>	<u>(261)</u>	<u>425</u>
Bens com restrição de uso						
Movimentação do custo						
Benefícios e instalações		105	104	(15)	(7)	187
Veículos		172		(54)		118
Máquinas e equipamentos		107	13	(47)		73
Equipamentos de comunicação		130	10	(91)		49
Equipamentos de computação		1.233	77	(616)	(10)	684
Móveis e utensílios		239		(156)	(1)	82
		<u>1.986</u>	<u>204</u>	<u>(970)</u>	<u>(18)</u>	<u>1.193</u>
Movimentação da depreciação						
	Taxas a.a.					
Benefícios e instalações	2,50%	(8)	(3)	2	1	(8)
Veículos	10%	(47)	(12)	21		(38)
Máquinas e equipamentos	10%	(28)	(9)	19		(18)
Equipamentos de comunicação	10%	(42)	(4)	32		(14)
Equipamentos de computação	20 a 50%	(829)	(124)	549	7	(397)
Móveis e utensílios	20%	(149)	(15)	(11)	1	(51)
		<u>(1.104)</u>	<u>(168)</u>	<u>733</u>	<u>9</u>	<u>(520)</u>
		<u>882</u>	<u>36</u>	<u>(246)</u>	<u>(9)</u>	<u>663</u>
Imobilizado com e sem restrição		<u>1.206</u>	<u>152</u>		<u>(270)</u>	<u>1.088</u>
Provisão para imobilizado com restrição		<u>(882)</u>	<u>(36)</u>	<u>246</u>	<u>0</u>	<u>(663)</u>
		<u>324</u>	<u>116</u>	<u>246</u>	<u>(261)</u>	<u>425</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2014 o Imazon mudou o endereço da sua administração, gerando assim um volume de baixas de imobilizado, que referem-se basicamente as benfeitorias em imóveis de terceiros e equipamentos utilizados na sede anterior.

Vida útil e taxas de depreciação

Os bens com restrição de uso têm como vida útil econômica o tempo de duração do bem. Isso ocorre porque apesar dos bens serem adquiridos somente para utilização nos projetos, e não apresentam como sua característica a manutenção das atividades do Instituto ou exercidos com essa finalidade, ao final dos projetos, historicamente os bens são doados à instituição e aplicados para fins administrativos.

O Instituto possui o controle dos bens até a finalização do projeto, quando o saldo residual do bem, mantido em conta redutora do ativo não circulante, é transferido para a receita de doação.

A prestação de contas do Instituto com seus financiadores, normalmente requer que seja comprovada a aquisição e a utilização efetiva dos bens previstos em cada projeto que recebe uma dotação específica.

8 Intangível

	Taxa de Amortização % a.a.	2013	Adições	Transferências	2014
Software	20%	564		953	1.517
Patentes e marcas registradas	indefinida				1
Amortização		(522)	(180)	(597)	(1.299)
		43	(180)	356	219
	Taxa de Amortização % a.a.	2013	Adições	Transferências	2014
Bens com restrição de uso					
Software	20%	2.109	11	(953)	1.167
Amortização		(1.068)	(213)	597	(684)
		1.041	(202)	(356)	483
Intangível com e sem restrição					
Intangível com e sem restrição		1.084	(382)		702
Provisão para intangível com restrição		(1.041)	202		(483)
		43	(180)		219

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisões de férias e encargos sociais	709	784
Outros	<u>2</u>	<u>28</u>
	<u>711</u>	<u>812</u>

10 Adiantamentos de clientes

Referem-se a recursos recebidos a título de adiantamentos, antes da realização dos eventos ou serviços.

	<u>Clientes</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamentos de clientes	Fundação Vale	98	98
	Sol Informática Ltda.		15
	Clark University		45
	Golf e Ebata	<u>3</u>	<u>7</u>
		<u>101</u>	<u>165</u>

11 Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo "Obrigações com recursos de projetos", no passivo circulante. Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica como redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	4.615	7.095
Recebimentos	13.062	11.578
(-) Salários, encargos e benefícios dos projetos	<u>(9.114)</u>	<u>(8.746)</u>
	8.563	9.927
Consultorias e serviços	(2.856)	(2.214)
Imobilizado	(331)	(491)
Despesas com viagem	(1.268)	(1.049)
Publicação, disseminação e eventos	(532)	(208)
Despesas com aluguel	(717)	(438)
Utilidades e serviços	(340)	(342)
Impostos e taxas	(13)	(13)
Despesas com comunicação	(340)	(279)
Despesas com materiais	(63)	(86)
Receitas financeiras - Rendimentos Aplicação	204	325
Receitas financeiras - Descontos Obtidos	1	1
Despesas financeiras	(126)	(126)
Despesas com seguros	(53)	(47)
Despesas com manutenção	(90)	(65)
Outros gastos com refeitório	4	(54)
Outras despesas operacionais	(116)	(1)
Custos com Serviços de Capacitação Centro de Geotecnologia do Imazon	<u>(105)</u>	<u>(225)</u>
Total de gastos com projetos	<u>(6.509)</u>	<u>(5.312)</u>
Saldo final	<u>2.054</u>	<u>4.615</u>

12 Processos judiciais e contingências

O Instituto não possui causas judiciais e processos administrativos em aberto perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

13 Partes relacionadas

A remuneração do pessoal-chave da administração incluindo salários, honorários e benefícios variáveis de curto prazo totalizou R\$ 640 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 618 em 2013).

14 Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é alterado com base na incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelo conselho fiscal e diretor.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2014**
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Superávit/ déficit acumulado

Refere-se ao déficit do ano corrente. Após aprovação pelos conselhos fiscal e diretor, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no seu Estatuto Social.

15 Receitas e custos

	2014	2013
Receitas		
Taxa administrativa de projetos e programas (i)	3.632	3.066
Doações	602	
Receitas diversas	4	
Receita com prestação de serviços	387	422
Deduções		
COFINS	(12)	(13)
ISS	(19)	(21)
Receitas líquidas	<u>4.594</u>	<u>3.454</u>
Custos		
Custo com prestação de serviços	(237)	(364)
Salários e encargos sociais (Nota 16)	<u>(1.826)</u>	<u>(1.658)</u>
	<u>(2.063)</u>	<u>(2.022)</u>
	<u>2.531</u>	<u>1.432</u>

(i) As taxas administrativas possuem as seguintes características:

- Taxas não previstas – Nesse caso o doador permite a alocação de determinados gastos sendo esses alocados na rubrica de “Outros custos diretos e indiretos”;
- Taxas mistas – São previstas nos contratos e também com especificação de determinados gastos na rubrica de “Outros custos diretos e indiretos”; e
- Taxas previstas – Custo administrativo cobrado somente através da taxa de “Overhead”.

Dentro dos projetos existe a flexibilidade de utilizar recursos acima do valor previsto nas categorias, em aproximadamente 10%, taxa normalmente aceita pelos financiadores, desde que não ultrapasse o montante orçado do projeto. O cronograma dos projetos difere do exercício fiscal e, dessa forma, podem ocorrer situações em que um ano fiscal englobe dois períodos de financiamento de um mesmo projeto.

Notas referentes às taxas administrativas:

(a) Fundação Gordon e Betty Moore

Foram desenvolvidas várias ações: 1 - Consolidar os planos de gestão e proteção de três florestas do estado Pará e fornecer fundos para um ano adicional de desaceleração de atividades relacionadas ao resultado 2; 2 - Apoio à implementação do plano de área protegida de acordo com as metas de órgãos estaduais e federais destas áreas; 3 - Instrumentos de política pública e as barreiras para obtenção

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sustentável de carne bovina no Pará, Brasil; 4 - Suporte de análise interdisciplinar e mapeamento da cobertura de área protegida, desmatamento, degradação florestal, desenvolvimento e infraestrutura, agricultura e outras dinâmicas de uso da terra na Amazônia; 5 - Avaliar potenciais políticas e instrumentos ambientais criados pela política nacional de mudanças climáticas e do novo código florestal a serem incorporados nos municípios Programa Verde com o objetivo de reduzir o desmatamento no Pará.

(b) Climate and Land Use Alliance

1 - Auxiliar o governo do estado do Pará, com a implementação da lista de embargo do desmatamento ilegal; 2 - Promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira como um problema para os candidatos à presidência e ao governo do Estado para abordar durante a campanha eleitoral 2014; 3 - Sistema de Alerta de Desmatamento para monitorar principais municípios no Estado do Pará e estimar as emissões de carbono e degradação da terra na Amazônia brasileira; 4 - Garantir que o Programa Municípios Verdes (PMV) tenha uma gestão adequada e estrutura de governança para implementar o projeto Fundo Amazônia; e para apoiar a implementação no Estado do Pará do novo Código Florestal.

(c) BNDES

Fundo Amazônia – (i) contribuir para a mobilização de atores locais em 11 municípios do Pará, com o intuito de realizar o levantamento de dados ambientais e fundiários de propriedades rurais e de acelerar a adesão dos proprietários ao Cadastro Ambiental Rural; (ii) monitorar o desmatamento nestes Municípios, por meio de imagens de satélite; (iii) auxiliar no planejamento da paisagem e restauração de áreas degradadas da Bacia do Uraim em Paragominas-PA.

(d) Mercy Corps

Redução do desmatamento na Amazônia Brasileira Oriental, através de Gestão Ambiental e Controle a Nível Municipal.

(e) Skoll Foundation

1 – Direcionamento, rastreabilidade e acompanhamento de mercados; 2 - Suporte para auxiliar o Estado do Pará a criar suas próprias estruturas de governança para o programa Município Verde nos níveis estadual e municipal, e estender sistema de monitoramento de desmatamento do Imazon para incluir o registro individual da terra e assentamentos rurais no Pará.

(f) WRI - World Resources Institute's

O Instituto Centro Vida (ICV) assinou um contrato com o WRI em 06 de julho de 2012 e subcontratou o Imazon, para execução conjunta do Projeto GFI Brasil – Fase 6.

O Imazon foi premiado com um contrato de US\$ 63.370 no ano fiscal de 2014 pelo Instituto Centro de Vida, em apoio às atividades GFI. O Imazon recebeu R\$ 145.276,06, sendo utilizado em 2014.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Salários e encargos sociais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários		
INSS	711	675
Vale alimentação	267	268
Assistência médica	289	182
Férias	122	113
Gratificações	79	97
FGTS	99	91
13 ^o salário	85	83
Seguro de vida	78	74
Remuneração de estágio	27	20
PIS	10	12
Multa Rescisória	11	11
Exames e medicamentos	19	
Outras despesas	17	3
	<u>12</u>	<u>29</u>
	<u>1.826</u>	<u>1.658</u>

17 Despesas administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Viagens		
Eventos	55	45
Manutenção	6	2
Aluguel	67	44
Utilidades e serviços	691	424
Impostos e taxas	222	213
Depreciação e amortização	14	8
Seguros	317	101
Comunicação	81	59
Materiais	179	160
Despesas de serviços	125	73
Outras despesas administrativas	243	266
	<u>386</u>	<u>92</u>
	<u>2.386</u>	<u>1.487</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Receitas e despesas financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	42	48
Despesas financeiras		
Juros e despesas bancárias	(86)	(65)
IRRF aplicações financeiras	(2)	(24)
IOF	(3)	(3)
	<u>(86)</u>	<u>(92)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(44)</u>	<u>(44)</u>

19 Isenções e benefícios fiscais

O Instituto, por ser uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, goza de algumas isenções e benefícios fiscais tais como: /

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ;
- Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL;
- COFINS sobre as receitas próprias; e
- ISSQN sobre receitas próprias.

20 Contratos e termos de doações

O Instituto já possui contratos e termos de cooperação assinados com parceiros que garantem repasses posteriores a 31 de dezembro de 2014, conforme tabela a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Doadores / Contratantes	Financiadores 2014	Contratantes 2014	Rendimentos 2014	Posteriores a 2014 Remessas (não auditado)	Total
Gordon And Betty Moore Foundation	2.733		42	1.067	3.842
Climate Works Monitoramento	2.294		45		2.339
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1.422		38		1.460
Mercy Corps	1.457			3.946	5.403
Skoll Foundation	1.321		59		1.380
Associação Vale para Desenvolvimento Sustentável	1.173			515	1.688
WRI - World Resources Institute'S	814			1.490	2.304
Good Energies Foundation	590		4	902	1.496
Mineração Paragominas S.A.	289			32	321
Avina Americas	275				275
Porticus Latin America	240		8		248
José Roberto Marinho	240				240
Fundación Avina	240				240
ICV - Instituto Centro De Vida	69	115		84	268
Prefeitura Municipal Paragominas				140	285
Clark University	145			120	200
Norsk Hydro Brasil Ltda.		80			45
Martins Agropecuária S.A.		45			40
MB Capital Investimentos E Participações Ltda.		38			76
Sol Informática Ltda.		30		38	30
IEB - Inst. Internacional de Educação Do Brasil		25			25
Ebata Produtos Florestais		9			9
Golf Indústria e Comércio de Madeira Ltda.		8			8
		8			8
	13.062	398	196	8.334	21.990

**Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2014**
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pelo Instituto. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de contratos e termos de cooperação. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitas somente transações com entidades de grande porte e baixo risco. Os limites de riscos individuais de credores são determinados com base em classificações internas de acordo com históricos de relacionamento.

Risco de liquidez

A liquidez é administrada por meio do monitoramento dos recursos e obrigações conforme demonstrado a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Recursos Vinculados a Projetos	2.437	5.431
Obrigações com recursos de projetos	(2.054)	(4.612)
Exposição líquida	<u>383</u>	<u>819</u>

22 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros do Instituto era composta por R\$ 9.500 para incêndios, raios, explosões, fumaça e quedas de aeronave da sede e filial; R\$ 218 para equipamentos portáteis (Notebooks, Tablets, GPS Geodésico e Câmera Fotográfica) e R\$ 138 para veículos.

Ana Cláudia F. Rodrigues
 Contadora CRC/PA 9444

Verônica Oki Igacihalaguti
 Diretora Administrativa

Andréia Cristina Brito Pinto
 Diretora Executiva